



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXIX — Nº 18

SÁBADO, 30 DE MARÇO DE 1974

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

ATA DA 28ª SESSÃO CONJUNTA, EM 29 DE MARÇO DE 1974

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 7ª Legislatura

*SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO 10º ANIVERSÁRIO
DA REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO DE 1964*

PRESIDÊNCIA DO SR. PAULO TORRES

Às 15 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guimard — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Petrónio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Luís de Barros — Jessé Freire — Domicio Gondim — Ruy Carneiro — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Paulo Torres — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — José Augusto — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Octávio Cesário — Antônio Carlos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin.

Acre

Joaquim Macêdo — ARENA; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Leopoldo Pres — ARENA; Raimundo Parente — ARENA; Vinicius Câmara — ARENA.

Pará

Américo Brasil — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; João Menezes — MDB; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Eurico Ribeiro — ARENA; Freitas Diniz — MDB; Henrique de La Rocque — ARENA; João Castelo — ARENA; Nunes Freire — ARENA.

Piauí

Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Heitor Cavalcanti — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA; Severo Eulálio — MDB.

Ceará

Edilson Melo Távora — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Leão Sampaio — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Oziris Pontes — MDB; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA.

Rio Grande do Norte

Djalma Marinho — ARENA; Grimaldi Ribeiro — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA.

Paraíba

Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Cláudio Leite — ARENA; Janduhy Carneiro — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Petrónio Figueiredo — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Etelvino Lins — ARENA; Fernando Lyra — MDB; Josias Leite — ARENA; Magalhães Melo — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Marcos Freire — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Sampaio — ARENA; Oceano Carleial — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER
Chefe da Divisão Industrial

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00

Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido
de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

Sergipe

Eraldo Lemos — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA;
Luiz Garcia — ARENA; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo
Diniz — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Edvaldo Flôres — ARENA; Fernan-
do Magalhães — ARENA; Hanequim Dantas — ARENA; Ivo
Braga — ARENA; João Alves — ARENA; João Borges — MDB;
José Penedo — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Luiz Braga
— ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Nely Novaes — ARENA;
Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco
Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Ruy Bacelar —
ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Tourinho Dantas
— ARENA; Vasco Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Argilano Dario — MDB; Dirceu Cardoso — MDB; Elcio Álva-
res — ARENA; José Carlos Fonsêca — ARENA; José Tasso de
Andrade — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota
— ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Brígido
Tinoco — MDB; Dayl de Almeida — ARENA; Daso Coimbra —
ARENA; Hamilton Xavier — MDB; José da Silva Barros —
ARENA; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz
Braz — ARENA; Márcio Paes — ARENA; Moacir Chiesse —
ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Peixoto Filho — MDB; Rozen-
do de Souza — ARENA; Walter Silva — MDB.

Guanabara

Alcir Pimenta — MDB; Amaral Netto — ARENA; Bezerra de
Norões — MDB; Célio Borja — ARENA; Eurípides Cardoso de
Menezes — ARENA; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho
— MDB; Francisco Studart — MDB; José Bonifácio Neto — MDB;
JG de Araújo Jorge — MDB; Léo Simões — MDB; Lisâneas Maciel
— MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Osnelli Martinelli —
ARENA; Pedro Faria — MDB; Reynaldo Santana — MDB.

Minas Gerais

Altair Chagas — ARENA; Athos de Andrade — ARENA;
Aureliano Chaves — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias

Fortes — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Delson Scarano —
ARENA; Elias Carmo — ARENA; Fábio Fonsêca — MDB;
Fernando Fagundes Netto — ARENA; Francelino Pereira —
ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA;
Hugo Aguiar — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Guido
— ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José
Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Manoel de
Almeida — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Murilo Badaró
— ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira de Rezende —
ARENA; Ozanan Coelho — ARENA; Padre Nobre — MDB;
Paulino Cícero — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio de
Abreu — MDB; Sinval Boabventura — ARENA; Tancredo Neves —
MDB.

São Paulo

Adhemar de Barros Filho — ARENA; Alfeu Gasparini —
ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Arthur Fonsêca — ARENA;
Athiê Coury — MDB; Cantídio Sampaio — ARENA; Chaves
Amarante — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura —
ARENA; Faria Lima — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frei-
tas Nobre — MDB; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy —
ARENA; Ildélio Martins — ARENA; Italo Fittipaldi — ARENA;
José Camargo — MDB; Maurício Toledo — ARENA; Monteiro de
Barros — ARENA; Orensy Rodrigues — ARENA; Ortiz Monteiro
— ARENA; Pacheco Chaves — MDB; Paulo Abreu — ARENA;
Paulo Alberto — ARENA; Pereira Lopes — ARENA; Plínio Salga-
do — ARENA; Roberto Gebara — ARENA; Ruydalmeida Barbosa
— ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sílvio Lopes — ARENA;
Sylvio Venturolli — ARENA; Sussumu Hirata — ARENA; Ulysses
Guimarães — MDB.

Goiás

Anapolino de Faria — MDB; Ary Valadão — ARENA;
Brasília Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Henrique
Fanstone — ARENA; Jarmund Nasser — ARENA; José Freire —
MDB; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA;
Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Emanuel Pinheiro — ARENA; Garcia Netto — ARENA;
Gastão Müller — ARENA; Lopes da Costa — ARENA; Marcílio
Lima — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alberto Costa — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Antônio Annibelli — MDB; Ary de Lima — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Arthur Santos — ARENA; Fernando Gama — MDB; — Ferreira do Amaral — ARENA; Hermes Macêdo — ARENA; João Vargas — ARENA; Luiz Losso — ARENA (SE); Maia Netto — ARENA; Mário Stamm — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Roberto Galvani — ARENA; Túlio Vargas — ARENA.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Cesar Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Francisco Grillo — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; Luerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Amaral de Souza — ARENA; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Célio Marques — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Clóvis Stenzel — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Herbert dos Santos — ARENA; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Nadyr Rossetti — MDB; Norberto Schmidt — ARENA; Sinval Guazzelli — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Silvio Botelho — ARENA.

Compõem a Mesa, à direita do Sr. Presidente Paulo Torres, o Senhor Deputado Flávio Marcílio, Presidente da Câmara dos Deputados, e os Srs. Senadores Geraldo Mesquita e Antônio Fernandes; à esquerda, os Srs. Senadores Ruy Santos e Augusto Franco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Declaro aberta a sessão destinada a comemorar o transcurso do 10º aniversário da Revolução de 31 de Março de 1964.

E EXECUTADO O HINO NACIONAL E A TROPA, EM FRENTE AO EDIFÍCIO DO CONGRESSO NACIONAL, PRESTA AS CONTINÊNCIAS DE ESTILO.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Márcio Paes, que falará em nome da Câmara dos Deputados. (Palmas.)

O SR. MÁRCIO PAES (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Srs. Ministros de Estado, autoridades civis e militares, Srs. Congressistas, não desejo me referir a homens, nem individualizar agremiações, senão que recordo, porque é necessário fazê-lo, horas de sofrimento e de angústias, de aflições preocupações, de dúvidas atrozes, que raiavam pelo desespero, que desceram sobre a sociedade brasileira como um turbilhão, envolvendo, em negras perspectivas e demasiado sombrias realidades, a família e a Pátria. Um vento de insânia e de irresponsabilidade soprava, artificialmente embora, mas pouco faltou para que se transformasse num ciclone avassalador, desses que destroem e arrasam, tudo e todos.

A inflação, que se aproximava velozmente dos cem por cento, dava as mãos à indisciplina generalizada e à mais sórdida corrupção; a produção, assim dos campos, assim das cidades, descia a níveis insustentáveis, enquanto que greves e motins marcavam o quadro de todas as horas; hierarquia, militar e civil, sem a qual todo esforço é baldado, era a grande ausente; e, identicamente, a disciplina, geratriz da ordem e da paz.

Se o Brasil, desgraçadamente, não sabia quem mandava, sabia, com segurança, quem se desmandava. E entre os que, dentro do Governo, assistidos de específica assessoria estrangeira, assim se desmandavam, figuravam aqueles a quem cumpria, até por coezinha honra pessoal, o dever de zelar pela investidura havida.

Ainda não era o caos, mas o caos já rondava até mesmo o recesso sacrossanto de todos os lares!

Nós os brasileiros, é bom dizê-lo, temos conhecido, em toda a nossa História, momentos de pasmo e mesmo de perplexidade. Mercê de Deus, porém, se temos conhecido o medo, jamais praticamos a covardia, que avilta e que envilece.

Como povo, sempre soubemos vencer pasmos e perplexidades, repelir medos e ameaças, e fazer triunfar a causa da ordem, e fazer vitoriosos os grandes princípios morais que nos animam, e fazer triunfar a belíssima tradição de civismo que nos legaram aquelas gerações que construíram o Brasil de sempre.

Assim foi, que todas as lideranças civis e militares, cheias de sadio espírito patriótico, se confundiram, num só movimento regenerador, numa avalanche de lealdade aos princípios mais puros de nossa formação histórica e, amparadas do estímulo, da compreensão e da solidariedade gerais, repeliram, e para todo o sempre, as mazelas, que uns tantos renegados despejaram sobre o corpo social brasileiro.

Eclodia, em 31 de Março de 1964, com o ímpeto e a força que as boas causas emprestam à coragem, a Revolução, cujo décimo aniversário celebramos, jubilosos e agradecidos.

Nenhuma testemunha ou participante, qualquer observador ou historiador, ninguém de brio e de honra, ousará nunca dizer que se fez uma Revolução para alijar do Poder uma facção, para entregá-lo a outra. Março de 64 foi a lídima reação dos supremos interesses do Brasil contra aqueles que, degradando-o, desejavam fazê-lo presa inerte de ideologias que o sentimento nacional rejeita e repudia.

Ouçó, não raro, dizer-se que, embora tudo, a Revolução se perpetua. É uma frase, mas não é uma verdade. E tanto menos verdade é, quanto mais se pretende, com a afirmativa, negar as grandes diagonais democráticas que informam o nosso regime "sui generis". "Sui generis", sim, mas inteiramente digno, porque não esconde a necessidade dos condicionamentos que impõe e, menos ainda, nega que o rumo traçado, e tenazmente perseguido, é a fixação de uma democracia genuína, onde todos possam tudo, menos destruir a democracia, que é o ideal coletivo. E será assim, porque o povo quer o desenvolvimento com a ordem, o progresso com a paz, a riqueza com a garantia, a fartura com a segurança.

Nenhum povo, em nenhuma fase de sua História, oferece exemplo idêntico ao nosso!

— Onde, sob que paralelo, em que meridiano, um ideal revolucionário, assim lastreado da compreensão e da confiança do povo?!

Onde — onde quer que seja — uma revolução vitoriosa que não entronisa homens, mas, ao revés, substitui com rigorosa periodicidade todos os comandos e todas as equipes?!

O Brasil já viveu, desde março de 64, sob três Presidentes. Três homens que só tinham em comum o ideal de bem servir à Pátria, garantindo-lhe, segundo ensinava Disraeli, a paz com a honra.

Mesmo os mais ingênuos sabem que destruir é fácil, e que construir é difícil. Reconstruir, então, quando se destruiu com requintes, é sempre difícilíssimo.

Premeditada a arditosamente, buscaram os autores de nossa quase desgraça solapar ao máximo, nas classes armadas, os princípios sem os quais nenhuma instituição sobrevive, sobretudo a classe militar: a disciplina e a hierarquia. Atirou-se a massa trabalhadora

contra o empresariado, fosse ele público ou privado, e se fez da greve e da masorça o amargo pão-nosso de cada dia. Tumultuou-se, com técnica importada, a vida das cidades e dos campos. Até mesmo uma "troika" ameaçadora germinou, assistida no fertilizante do capital importado com o exclusivo objetivo de liquidar quaisquer veleidades de defesa nacional.

Quando as forças militares — por todos os seus grandes comandantes — e todas as forças civis — por todos os seus verdadeiros líderes — se somaram e desfecharam o golpe de graça no inimigo so-lerte, foi o povo, este generoso povo brasileiro, quem lhes serviu de base e de apoio para a vitória total.

Sobre esta herança é que a Revolução de Março teve de começar a obra renovadora e restauradora.

Castello Branco, (Palmas) em quem o estadista nunca se dissociou do militar, como nele o soldado sempre acompanhou o cidadão, cumpriu esplendidamente bem a sua missão histórica: comandou a reimplantação da ordem e fixou, para o País e para o mundo, a verdadeira imagem do Brasil eterno. Foi sereno e foi galhardo, e do caos em que nos afundávamos fez emergir um Estado que se respeitava, e se fazia respeitar, nacional e internacionalmente.

Desambicioso, porque patriota e porque assaz esclarecido, governou mais do que desejara e menos do que seria justo. Falvou-lhe — e hoje que já temos certa perspectiva histórica podemos melhor compreendê-lo — tempo mais dilatado para realizar, com os vagares necessários, toda a obra imensa de estadista que o seu talento delineou.

Castello Branco foi o comando no meio da tempestade! Enfrentou, com a serenidade dos fortes e a consciência dos justos, toda a procela. De todos os quadrantes emergiam os problemas, todos muito urgentes, todos assaz importantes. A todos Castello Branco acudiu, com lucidez e com descortino, e logrou prestar ao Brasil o grande serviço que a Nação reclamava então: fez da vitória de 31 de Março a Revolução ansiada, de conteúdo e de caráter nacionais, opondo-se, com a sua garra e a sua indiscutida liderança, a que tudo se transformasse apenas numa revolta.

Tendo sido o chefe militar, Castello Branco foi, no momento certo, o chefe civil que galvanizou o País e assentou as bases de um processo que vai caminhando para seus verdadeiros objetivos.

Teve de aplicar, teve mesmo de concordar, talvez a contragosto, com atos de poder revolucionário. Mas é necessário ser tolo, ou ingênuo, para admitir que a crise brasileira, sem exemplo ou paralelo em nossa vida pública, pudesse ser solvida a golpes de normalidade legal.

Vale recordar, para honra da Revolução de Março, que durante a Presidência Castello Branco os processos de subversão e de contestação materializaram a reação comum dos vencidos da véspera. Nem por isso, todavia, o grande líder praticou ou endossou desmandos. Foi forte, porque a prudência assim o aconselhava; foi inflexível porque não havia outra alternativa; foi severo, porque não tinha o direito de não zelar pela missão havida, eis que isso seria devolver ao inimigo os postos que lhes tinham sido tomados, em defesa da Pátria.

Costa e Silva (Palmas) sucedeu a Castello Branco. O gaúcho e o cearense, dois tipos quase diametralmente opostos, nos sistemas e nos estilos, eram, no entanto, em termos de amor à Pátria e na ambição de bem servi-la, absolutamente idênticos.

Risonho, afável e simples, Costa e Silva traduzia a imagem popular do bom amigo, do companheiro excelente, cujo teor humano era imenso, mas cuja capacidade de comando e de liderança eram, a um só tempo, invulgares e inflexíveis.

Tinha olhos para a segurança, para o desenvolvimento e para as práticas da democracia.

Costa e Silva agiu como comandante num momento de convulsão. Mas, logo, retomou o ritmo de sua administração progressista e repôs a nação nos trilhos de seus objetivos mais altos. Começou, então, uma era de efetivas realizações de nítido conteúdo social, impulsionando o País para novos e mais largos horizontes. Os ca-

minhos do desenvolvimento começaram a ser definitivamente palmilhados, enquanto que as autoridades fazendárias e financeiras, numa luta sem trégua e sem quartel, punham freio à inflação, contendo-a em limites facilmente suportáveis.

É de ontem a presença do nosso último Presidente na Chefia do Governo. Está em nossa companhia a sua atividade; conosco demora a sua administração; todos sabemos quanto ele fez. Sua obra de administrador e de realizador desafia até mesmo o crítico mais impenitente.

Com Médici, (Palmas) a Revolução de 64 integrou o Brasil na posse de si mesmo. Hoje, todos os caminhos levam a todos os recantos pátrios, e, nas modernas vias de transporte, o progresso circula, fazendo circular as riquezas. Tudo e todos se galvanizaram para a efetivação de uma obra administrativa que causa pasmo, e que o mundo inteiro proclama como o "milagre brasileiro". Tenho, de mim para mim, que a expressão só tem conteúdo literário, pois milagre representa eliminação dos poderes naturais. E foram estes poderes, servidos do incontido desejo do povo brasileiro de desenvolver-se e de progredir, que o austero e lúcido Presidente Médici aplicou, para dar ao Brasil a textura econômico-financeira de que tanto nos orgulhamos.

Vimos de viver pouco mais de um quadriênio em que a paz e a ordem foram a constante. Nem um só dia de prontidão nos quartéis; nem um só dia de angústias nacionais! E tudo isso acompanhado do trabalho pertinaz e diuturno, onde a presença da autoridade não faltou jamais, assistida do esforço coletivo, assim das massas como das elites.

A família brasileira, que tantos instantes dramáticos viveu, conhece hoje a ordem e a paz, sob o signo do desenvolvimento e da segurança. Este é o primeiro e o mais alto título de honra, que enaltece e nobilita todo o conteúdo revolucionário, que é um processo em marcha e nunca um objetivo, em si mesmo.

A imensa maioria da Nação, segundo os cânones legais vigentes, e pela via de uma representação legalmente instituída, entregou a um novo Chefe o comando supremo. A primeira condição da democracia é a temporariedade dos mandatos, que o povo, direta ou indiretamente, tem o direito de conferir. Sua Excelência, o Presidente Ernesto Geisel, (Palmas) é, na Presidência da República, o genuíno delegado da vontade popular. Com ele, o processo caminha, no rumo de sua cristalização: uma democracia feita da vontade do povo, sob o respeito integral às leis que lhe dão suporte.

Começa, sob Ernesto Geisel, o undécimo ano da Revolução; mas começa com estas palavras peremptórias que é preciso repetir:

"Os instrumentos excepcionais de que o Governo se acha armado, para manutenção da atmosfera de segurança e de ordem, fundamental para o próprio desenvolvimento econômico-financeiro do País, sem pausas de estagnação nem, muito menos, retrocessos sempre perigosos, almejo vê-los, não tanto em exercício duradouro ou freqüente, antes, como potencial de ação repressiva ou de contenção mais enérgica e, assim mesmo, até que se vejam superados pela imaginação política criadora, capaz de instituir, quando for oportuno, salvaguardas eficazes e remédios prontos e realmente eficientes dentro do contexto constitucional".

Estes, os auspícios sob os quais celebramos, os brasileiros, a Revolução de Março de 1964.

Uma revolução que processou, em dez anos, a profunda alteração das estruturas sócio-econômicas nacionais. Transformou na realidade de confiança de nossos dias uma incerteza de crises que havia penetrado profundamente no homem brasileiro. Mudou, alterou, inovou, criou as fronteiras novas de uma dimensão sem paralelos, com fidelidade, porém, ao que existia de sagrado na formação do povo — o caráter brasileiro — a herança maior de sua colonização, a própria razão da raça brasileira que se afirma, agora, na conquista do desenvolvimento.

Inegável a identidade profunda que se encontra, hoje, no País, fruto exclusivo do trabalho revolucionário, que nascido de uma aspiração, encontrou, num labor ordenado, a fórmula de afirmação do que já podemos definir como o **novo brasileiro**.

— Onde está o povo brasileiro? Empenhado na conquista da Amazônia, como na do Planalto Central; na dinamização das riquezas do Sul, como na recuperação das terras no Nordeste; na longa costa redescoberta, como no fervilhar da atividade dos centros industrializados do Centro-Leste, e também, certamente, aqui, nesta Casa, pela sua representação política, parte e peça do sistema revolucionário, centro irradiador das inovações legislativas, pólo das discussões de identificação das realidades regionais.

É preciso que se entenda que o Congresso Nacional é o próprio Povo e, assim, não está alheio ou à parte, do processo revolucionário brasileiro. Destas mesmas tribunas, antes de 64, bravos congressistas clamaram pela reformulação das expectativas sombrias do País, do mesmo modo que, na sua consolidação, integraram-se, por tal forma, na institucionalização das conquistas revolucionárias, que o Congresso resultou legitimado pelo próprio processo, dele fazendo parte integrante, inseparável.

Hoje, temos consciência de que ele concretiza um instrumento das conquistas legais, mas instrumento revolucionário; é peça importante de um sistema, mas sistema revolucionário; é o centro convergente das opiniões regionais, mas opiniões revolucionárias; instrumento, peça, centro, o Congresso da Revolução brasileira, que marca, na história pátria, o compromisso com a construção de um País que, por seu povo, resolveu alterar as expectativas dos pregoeiros da descrença, fazendo do otimismo o ponto de honra de sua programática.

É necessário, Sr. Presidente, que não se perca o momento de comemoração dos dez anos da Revolução de março para a reafirmação: o irreversível não está apenas nas determinantes do Movimento, mas, e fundamentalmente, nos seus fins, porque o que visava, visa e continuará a ser o objetivo principal, é a construção de um País democrático, livre, com um povo consciente de suas conquistas.

Nem tudo, evidentemente, está concluído. Dez anos, na história de uma Nação, é pouco para o tempo de construir. Sedimentado está, porém, o espírito da construção que se processa, a começar pelo ordenamento da coisa pública, ou pela multiplicação das oportunidades nos diversos campos da atividade humana em nossa Pátria.

Que não se esqueça, neste instante, que pelo aumento da oferta foram multiplicadas as oportunidades, com a democratização do ensino, ou do trabalho, com a valorização do homem e sua consequente promoção na escala de valores humanos. É penoso, lento, calculado, medido, o caminho que leva às construções definitivas. Não foi na miragem que os planos públicos revolucionários foram calcados, ou apenas na poesia dos desejos que se demarcaram as prioridades. Tudo se fez e se pratica dentro dos limites do razoável, com o compromisso histórico dos que não entendem a coisa pública como o mero jogo do acaso, ou a prática do talento nas soluções dos problemas, mas a própria prática da política, como orientadora dos caminhos para os fins.

O povo, que aqui está nesta Casa, através das representações legítimas, participa dos anseios e colabora na construção dos seus fins. É dele — base e origem dos programas — que parte o impulso, porque, em nossa Pátria de hoje, já não se separa o que seja anseio popular do que representa vontade da política. Está aí, creio, a diferença do Congresso Nacional de agora, mais voltado para a realidade dos estudos minuciosos, sem a preocupação lisonjeira dos aplausos fáceis, na retórica da inteligência, mas sem o conteúdo do bom senso.

Olhando o quadro brasileiro dos últimos dez anos, notamos, em cada ponto, as transformações, a começar pelo otimismo coletivo, a certeza que se traduz no desafio aceito por um povo que determinou o seu caminho, a partir do protesto contra as minorias que jogavam com a vontade de multidões. As alterações não representam — longe

disso — a conclusão de um trabalho, ou a concretização de um fim. É preciso que se deixe, no limiar do ano primeiro, depois do primeiro decênio da Revolução brasileira, os comparativos com o de antes dos idos de março, para vislumbrarmos, exclusivamente, o do amanhã, no imponderável do tempo, no futuro que está sendo construído através de uma infância que não mais mendiga a oportunidade da sala de aula.

E consumir, Sr. Presidente, a partir do próprio Congresso Nacional, parte integrante do sistema revolucionário, a Revolução Política, que se há de concretizar pelo rejuvenescimento dos próprios instrumentos, entre os quais, com destaque, os partidos políticos. É preciso, na consciência nacional, que se entenda que, em se tratando da Revolução brasileira, as legendas partidárias não representam um abismo, frutos que são, as duas, de um mesmo sistema, isto é, da vontade popular, definida pela arrancada em favor das alterações que se processaram com as Forças Armadas, em março de 1964. Não se contesta o que se integra; oposiciona-se nos limites escritos do que representa a unidade, sem fugir aos rumos que, afinal, foram ditados pela própria maioria absoluta do povo brasileiro — o construtor, no anônimo do trabalho ordeiro, de uma grandeza que será legada às gerações do porvir por uma gama de brasileiros que souberam entender o desafio dos tempos da incerteza.

Sacudir, é bem a expressão, a partir das áreas municipais, reenquadrando na visão política a nova realidade brasileira, atraindo à vivência dos partidos, ampliando as faixas das seleções dos quadros políticos e valorizando, com a mesma paciência do trabalho nos setores técnicos, a contribuição do homem ao esforço nacional de construção da nova Pátria. E eliminar, pelo esforço do trabalho, as desconfiças que ainda persistem contra o papel do Político, para que sua ação seja o exclusivo resultado da fidelidade ao representado, dentro dos parâmetros da Revolução brasileira, que não é propriedade senão da raça brasileira, esta civilização que nasceu dos sonhos de D. Henrique, fortaleceu-se no caldeamento das raças, desde o trabalho dos pioneiros, e consolida-se no variado quadro de formação social de suas cidades e campos.

O mundo, Sr. Presidente, não vive os dias tranquilos das épocas do consumado. Atravessa a humanidade um dos períodos turbulentos das transformações, com o dado tecnológico dando os saltos no imprevisível, com a velocidade que chega a assustar o mais atento dos observadores. O Brasil, Sr. Presidente, está na realidade do mundo de nossos dias, com a diferença, apenas, de ter entendido, antes que outras Nações, o significado dos desafios da metade do século vinte e haver partido para a realização de suas próprias conquistas.

Aqui mesmo, nesta Casa, nos dez anos de aceitação do desafio, a nova realidade imposta pela tecnologia dos nossos dias foi enquadrada nas leis que, exaustivamente, foram estudadas em comissões técnicas e votadas em plenário. O instrumento político da Revolução, o Congresso Nacional, não esteve distante dos fenômenos que sacudiram a humanidade. Ao contrário, assumiu o seu papel revolucionário, com o bom senso da representação popular, edificando o que ficará marcado, na história brasileira, como o período do entendimento, acima das disputas, ou da arte política, encarada como a determinante de um processo de construção onde, nem sempre, se inserem os objetivos eleitorais.

E, nesta festa, Sr. Presidente, julgamos oportuno um momento de reflexão. Até onde cada um de nós, representantes do povo no Congresso Nacional, deu de si o que era de se esperar para o esforço conjunto da construção nacional? Onde, como e em que circunstâncias contribuímos de forma afetiva para a alteração revolucionária nos métodos e costumes da política nacional, a começar pelas nossas bases políticas municipais? Muito, acredito, Sr. Presidente, mas nunca o suficiente, porque entendemos que a construção revolucionária está exigindo o esforço maior, o sacrifício, até mesmo a humildade de algumas renúncias, para que, no todo, se tenha apenas as razões objetivas que ditam a necessidade de queimar as etapas, recuperar

um tempo perdido, no ocaso de uma situação que enfraquecia, até à exaustão, um continente enganado pelos pregoeiros da desordem.

Creio que a **descompressão**, na terminologia técnica dos sociólogos, como a Revolução o fez, deve começar nesta Casa, no Poder Político, pela alteração dos métodos, ou a consumação dos objetivos de legítima representatividade popular.

Por isso, a pergunta que insisto fazer — onde está o povo brasileiro?

Aqui, por certo, nesta Casa, mas exigindo, de cada representante, a própria alteração, ou o enquadramento definitivo ao sistema revolucionário, parte integrante que é de um processo irreversível de construção nacional.

Que as divergências ocasionais na política atentem para o fato de que não podemos nos afastar dos objetivos de uma representação política revolucionária, nem da fidelidade ao representado, início e fim, em si, da Revolução brasileira.

O futuro, Sr. Presidente, finalmente, é hoje, na Pátria brasileira. (Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon, que falará em nome do Senado Federal. (Palmas.)

O SR. JOÃO CALMON (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Srs. Ministros de Estado, Sr. Governador do Estado de Goiás, Sr. Presidente da Aliança Renovadora Nacional, Srs. Representantes do Movimento Democrático Brasileiro, Srs. Deputados, Srs. Senadores, minhas senhoras, meus senhores,

Por proposta do Deputado Márcio Paes, aprovada pelo nosso eminente Presidente, Senador Paulo Torres, o Congresso Nacional promove, hoje, esta sessão especial para a comemoração do 10º aniversário da Revolução de Março de 1964. Na realidade, festejamos, neste momento, um evento de significação mais profunda: festejamos o início da Segunda Década do irreversível movimento que salvou o nosso País do caos, da anarquia, da hiper-inflação e da ameaça comunista.

Para comemorar esse marco de transcendental importância da nossa História, nenhum cenário seria mais adequado do que o Congresso Nacional, porque a Revolução se iniciou aqui, em memoráveis debates, que por pouco não degeneraram em derramamento de sangue.

Fomos nós, Deputados e Senadores, os primeiros combatentes enfrentando adversários de extrema agressividade que, na base de **slogans demagógicos** e de sofismas destinados a ludibriar o povo, pretendiam surgir como implantadores de uma república sindicalista, primeira etapa do advento de um regime de colorido indistintamente rubro. Tentando abalar a disciplina nos quartéis e introduzindo a desordem nos sindicatos, os pregoeiros da nova ordem antibrasileira e anticristã encontraram, no Congresso, as primeiras resistências, através da palavra de bravos líderes, cujos nomes não citaremos, com receio de algumas imperdoáveis omissões.

A ação dos parlamentares não se limitou, entretanto, à tribuna da Câmara e do Senado, mas se estendeu à imprensa, ao rádio e à televisão, contribuindo, decisivamente, para a criação do estado de espírito que tornou possíveis as marchas da mulher brasileira pelas ruas das principais cidades, e finalmente, a participação das nossas gloriosas Classes Armadas.

Ao evocar aqueles dias históricos, impõe-se destacar a atuação de um notável líder político, responsável pelo desencadeamento da ação pioneira da Revolução, como governador de Minas Gerais, o nosso eminente colega, Senador Magalhães Pinto, (Palmas) que hoje tanto honra o Senado Federal, e a quem todos rendemos o preito de nossa admiração e de nossa gratidão.

No balanço dos dez primeiros anos de nossa Revolução, não basta salientar os extraordinários êxitos na batalha do desenvolvi-

mento, depois do período 1962/1963, em que o País estacionara ou regredira.

A fulminante vitória do movimento de março de 64 impediu que, seguindo o exemplo, naquela época solitário, de Cuba, o resto da América Latina se comunizasse.

Essa característica da Revolução levou analistas superficiais à errada conclusão de que as preocupações repressivas e anti-inflacionárias constituiriam as nossas principais metas.

Na realidade, o regime instaurado, há dez anos, não é nem conservador, nem retrógrado ou reacionário, mas pretende realizar, e está realizando, por etapas, uma extensa e profunda modificação na estrutura da sociedade brasileira.

Em sua primeira fase, no Governo Castelo Branco, que se preocupava, acima de tudo, com o julgamento da posteridade, foi realizada a tarefa mais dura e mais pesada: deter a avalanche inflacionária, prevista para mais de 100% até fins de 1964, se não fosse alterado o ritmo que marcou os primeiros 3 meses daquele ano, e limpar o terreno, numa faina ingrata, mas indispensável. Como todas as revoluções, desencadeadas e sustentadas por seres humanos e não por querubins, também a de março de 1964 cometeu excessos, erros e injustiças, e não pode fugir à regra focalizada por Clemenceau: "A vitória tem muitos pais, mas a derrota é órfã".

O que importa é o balanço final, que apresenta um saldo altamente positivo, já conhecido, no mundo inteiro, como o "milagre brasileiro". Apontam-se o crescimento **record** do Produto Nacional Bruto, a expansão das rodovias pavimentadas, a multiplicação das usinas hidroelétricas e siderúrgicas, o aumento do número de alunos nas escolas públicas e particulares, a construção de um milhão de casas populares, a ampliação da rede de microondas e de telefones instalados, os índices de progresso da indústria e da agricultura, e tantos outros indicadores do desenvolvimento do País, que se refletem nas estatísticas profusamente divulgadas este ano.

Mas, Srs. Congressistas, estará a Revolução realizada com tantos êxitos? Estará satisfeita com o quadro apresentado pelo País? Terá terminado sua missão?

Não, por certo. O próprio Presidente Ernesto Geisel, ao assinalar a continuidade que tem garantido a unidade administrativa e ideológica dos Governos Revolucionários, fez distinção entre ela e o continuismo, que leva ao impasse imobilista. Para nele não cair, inverteu a precedência estabelecida para os princípios basilares da Revolução: Segurança e Desenvolvimento. No roteiro que traçou para o Ministério, o Presidente da República deu o tom que deverá caracterizar o concerto governamental da segunda década da Revolução que ora se inicia, perseguindo os caminhos traçados para o estabelecimento de um mais justo equilíbrio social.

As linhas mestras foram delineadas por Castelo Branco, então Chefe do Estado Maior, pouco antes da Revolução, no dia 20 de março de 1964, numa **Instrução Reservada** enviada às unidades do Exército:

"Entrarão as Forças Armadas numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo para gozar o poder? Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para talvez submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isto, sim, é que seria anti-Pátria, anti-Nação e anti-Povo. Não, as Forças Armadas não podem atraiçoar o Brasil. **Defender os privilégios de classes ricas está na mesma linha antidemocrática de servir a ditaduras fascistas ou sindicais comunistas.**"

O Presidente Costa e Silva fez vários pronunciamentos de acordo com a mesma orientação. Por sua vez, o general Emílio Garrastazu Médici, no seu primeiro discurso como candidato à Presidência da República, no dia 7 de outubro de 1969, seguiu as mesmas diretrizes definidas, anteriormente, por Castelo Branco:

"Repudiamos a pregação dos extremistas, que exigem, e de forma primária, a destruição das instituições. E também o apelo das oligarquias que recomendam a sua inalterável manutenção. Nosso dever é **impor-lhes uma profunda transformação pela qual deixem de servir aos privilégios das minorias**, para atender aos supremos interesses do País. Essa reforma das instituições econômicas, sociais e políticas não será obtida com simples medidas corretivas ou repressivas, adotadas ao sabor dos acontecimentos. Exige, na verdade, uma revolução. Foi isso que as Forças Armadas se decidiram a fazer: completar o movimento de 1964, transformando-o em autêntica Revolução da Democracia e do Desenvolvimento, em consonância com as mais lídimas aspirações nacionais."

Já Presidente da República, em 8 de setembro de 1970, o general Médici salientava:

"Há poucos dias, no Passo Real, na hora de barrar e desviar o rio Jacuí para acumular a água que vai gerar mais energia e riqueza para o Rio Grande do Sul, disse o empenho de meu governo em tornar menos pobre a maioria dos brasileiros que ainda vive na miséria. E, apontando a responsabilidade de todos nós, chamei o contraste dessa pobreza uma vergonha nacional."

Seguindo a mesma linha de seus antecessores, que não é pessoal, mas reflete as inspirações da Revolução de 1964, o Presidente Ernesto Geisel, ao apresentar à Nação as diretrizes de seu governo, acentuou da maneira mais incisiva:

"No campo social do bem-estar do povo, importa ressaltar que a estratégia de desenvolvimento adotada, respeitando embora a prioridade essencial que se deve dar ao crescimento do produto real, preocupa-se, sobremaneira, com a universalização dos benefícios que se forem alcançando, a fim de que o elevado aumento esperado na renda "per capita" do País para esta década — da ordem de 100% — não seja apenas um indicador abstrato, **mas conduza realmente à melhoria dos padrões de vida de todas as camadas sociais.**

O Censo de 1970, a despeito de suas imprecisões, revelou que as desigualdades individuais de renda se mostravam muito mais acentuadas entre nós do que na maioria dos países do mundo ocidental; que os benefícios do desenvolvimento, na década de 1960, foram colhidos, em sua maior parte, pela camada mais rica da população economicamente ativa; e que o hiato entre os salários da mão-de-obra qualificada e não qualificada era desmedidamente intenso em relação aos padrões internacionais."

Mais adiante, o novo chefe da Nação destacou:

"O distributivismo fácil que tenta atenuar as desigualdades individuais pela prodigalidade no reajuste dos salários nominais está fadado ao fracasso pelo que gera de tensões inflacionárias, de limitação de oportunidades de emprego e de mutilação do potencial de poupança e de desenvolvimento. Nossa experiência anterior à Revolução de 1964 e experiências semelhantes em outros países desabonam definitivamente esse distributivismo emocional. A melhoria da distribuição pessoal de renda terá que resultar, em primeiro lugar, da valorização do homem pela educação e pela política de desenvolvimento e de criação de empregos e, em segundo lugar, do aperfeiçoamento da política fiscal, da criação de fundos institucionais de poupança pertencentes aos trabalhadores e da melhoria da saúde e da assistência social."

O Prof. Mário Henrique Simonsen, em conferência proferida em 1973, no Instituto de Pesquisas, Estudos e Assessoria do Congresso Nacional, depois de afirmar, corajosamente, que "a verdade nua e crua é que, quando compulsamos os dados do Censo de 1970, concluímos que quem ganha o salário-mínimo no Brasil é a classe média, porque a verdadeiramente pobre está abaixo do salário mínimo", atribuiu "a distribuição de renda, altamente desigual, em nosso País, a um formidável relaxamento do sistema educacional, antes de 1964, a um sistema educacional que, embora se dizendo popular, era altamente elitista, porque deixava a maior parte das matrículas das escolas secundárias nas mãos do setor privado, que oferecia poucas vagas nas Universidades e que gerou, de fato, esse desequilíbrio na força de trabalho no Brasil (procura de mão-de-obra qualificada extremamente abundante, enquanto era extremamente abundante a oferta de mão-de-obra não qualificada)."

Desse pronunciamento resulta a conclusão de que a Revolução em marcha desde 1964, e que prosseguirá sem a fixação arbitrária de prazos, é a Revolução da Educação, no meio mais válido de se atenuar, dentro das limitações da condição humana, as desigualdades sociais.

No seu livro "Brasil, ano 2000", publicado em 1972, o mestre Mário Henrique Simonsen proclama:

"Parece indiscutível que o nosso progresso, daqui por diante, dependerá, em grande parte, dos recursos que forem destinados ao sistema educacional e da produtividade que se conseguir extrair desses recursos" (pág. 135).

No setor da educação impõe-se a multiplicação do apreciável esforço já realizado no primeiro decênio da Revolução, tornando imperativo essa prioridade essencial.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) — 1972/1974, capítulo V, traça as grandes linhas da operação da Política de Integração Social:

"I — Assegurar a participação do trabalhador na expansão da renda nacional, notadamente mediante o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

II — Democratizar o capital das empresas, permitindo o acesso a ele das pessoas de renda média, por intermédio, por exemplo, dos incentivos do Decreto-lei 157.

III — Impedir os abusos do poder econômico, pela contínua melhoria da distribuição de renda sem prejuízo da eficiência que garanta às empresas o poder de competição.

IV — Expandir os programas de desenvolvimento social, notadamente da Educação e Habitação, com efeito sobre a distribuição da renda e da riqueza."

Como se vê, a Educação e a distribuição da renda são preocupações dominantes que, no entanto, se destacam menos, nas comemorações do primeiro decênio da Revolução, do que as espetaculares realizações de obras públicas e os êxitos no combate à inflação e no aumento do Produto Nacional Bruto.

Destaca-se a imaginação criadora dos expoentes da área econômica e financeira na formulação da política do combate gradualista à inflação sem prejuízo do desenvolvimento, e do sistema da correção monetária e das minidesvalorizações da moeda. Não se dá, porém, o mesmo relevo à idéia da criação do Plano de Integração Social (PIS), que garante aos empregados não uma participação nos lucros das empresas, mas uma participação em sua receita bruta, o que constitui a mais arrojada inovação na história do capitalismo. Pouco importa que, inicialmente, essa participação seja reduzida, porque nada impede que sofra majorações impostas pelo interesse da nação e das classes trabalhadoras.

Também o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, medida igualmente ditada pela exclusiva experiência brasileira, propiciará aos burocratas benefícios semelhantes. O certo

é que onze e meio milhões de trabalhadores já participam do PIS, arrecadados já quatro bilhões de cruzeiros, para que, em 1975, haja uma outorga média de oitocentos cruzeiros a cada trabalhador. Três milhões de servidores públicos estão inscritos no PASEP, recolhidos três bilhões de cruzeiros, e prevista uma cota individual de 2.400 cruzeiros em 1975.

Por sua vez, o Programa de Valorização do Trabalhador Rural, que deverá atender a quinze milhões de brasileiros, lhes garante aposentadoria, pensão, serviços médicos e odontológicos, tirando-os da situação de párias, em que secularmente viviam, mesmo depois da abolição da escravidão. Só o trabalhador rural, ao lado do pescador, deixa, com pensão à viúva, mensalidade igual ao provento da aposentadoria.

O regime previdenciário foi estendido aos empregados domésticos, já estando segurados 350 mil e, no período de 1969 a 1973, foram concedidas 713.463 bolsas de estudo a trabalhadores sindicalizados e seus dependentes, enquanto uma reforma da Lei Orgânica da Previdência Social arrancou a instituição da insolvabilidade, fazendo-a atender, nos benefícios, a rigorosos cálculos atuariais, que garantem a permanente liquidez dos seus compromissos.

Apesar do muito já feito, muito há ainda a fazer na área trabalhista, mas impõe-se redobrada atenção no setor do capital. E o atual Governo assim entende, a julgar pelo pronunciamento do Ministro Mário Simonsen, no dia 20 do corrente, que traduz a necessidade de se impor, sem xenofobia, uma barreira à tendência desnacionalizante.

Diz o Ministro da Fazenda:

"Um terceiro programa estrutural a ser considerado é o do fortalecimento da empresa nacional. No confronto com a empresa estatal e a estrangeira, a empresa privada nacional ainda se revela relativamente frágil, sobretudo naqueles setores que exigem capitais de grande porte. E o seu fortalecimento deve ser preparado, quer no campo creditício, quer no associativo."

É assim, Sr. Presidente, que se processa a continuidade revolucionária. Removido um obstáculo ao progresso, passa-se à remoção de outro, numa cadência rítmica tão acelerada que não é ousadia prever o cumprimento da destinação histórica do Brasil, de ingressar no fechado clube das grandes potências, no espaço de uma geração.

De acordo com os critérios adotados pelos estudiosos da matéria, em conferência proferida na Escola Superior de Guerra, há quatro condições essenciais para que um país se transforme em potência de primeira categoria, ou em grande potência:

1. Área mínima de 3 milhões de quilômetros quadrados.
2. População mínima de 200 milhões de habitantes.
3. Produto Interno Bruto igual ou superior a 160 bilhões de dólares.
4. Pelo menos 28 por cento do PNB gerados pelo setor industrial.

O Brasil já preenche duas dessas condições: área e desenvolvimento industrial. Deveremos atingir uma população de 200 milhões de habitantes antes do ano 2.000.

Em 1985 ou 1990, satisfaremos a última condição exigida para a condição de potência de primeira categoria ou de Grande Potência: um PIB superior a 160 bilhões de dólares.

Em que se baseia essa previsão? Nos últimos 25 anos, o crescimento do PIB foi da ordem de 6,8 por cento. Nos últimos 6 anos, a média se elevou a 9,6 por cento, quase 10 por cento, portanto, inferior, apenas, ao crescimento do Japão e de poucos outros países.

O nosso Produto Interno Bruto dobra em cada 6 anos. Para atingir 160 bilhões de dólares, o Brasil precisa de 17 anos. Utilizada para a previsão a média mais recente de aumento do PIB, nosso País ne-

cessita apenas de 12 anos para atingir a meta dos 160 bilhões de dólares.

Em 1997, chegaremos ao PIB de 288 bilhões de dólares. Hoje, existem três grandes potências: Estados Unidos, Rússia e China.

Dos sete países de dimensões continentais, além dos 3 já citados, quatro poderiam atingir o status de grande potência: Brasil, Canadá, Austrália e Índia.

Entretanto, no espaço de uma geração, somente o Brasil tem condição de se transformar numa grande potência, como já ficou demonstrado, através da previsão do aumento de sua população e do seu Produto Interno Bruto, baseado nas taxas de crescimento dos últimos anos.

O Canadá e a Austrália são países de baixa taxa de crescimento populacional que, nos próximos vinte anos, não poderão alcançar a meta dos 200 milhões de habitantes.

A Índia, com área e população de grande potência, parece não ter condições de atingir, apenas no espaço de uma geração, os outros dois requisitos: Produto Interno Bruto de 160 bilhões de dólares, considerando-se o modesto crescimento médio registrado nos últimos anos, e desenvolvimento industrial.

Nenhum pessimismo se justifica em face do futuro de nosso País.

Consagrada, sem quaisquer desvios, a prioridade para a educação e executado um plano nacional para esse setor nos próximos 26 anos, o Brasil estará com o seu lugar assegurado entre as grandes potências, não apenas em termos de PIB, desenvolvimento industrial, população e área, mas também em termos de sociedade livre e aberta com uma justa e equitativa distribuição da renda nacional.

Outra meta a alcançar, nesta segunda década, é a institucionalização política do sistema revolucionário. A Revolução de Março de 1964 foi um movimento essencialmente político, gerado, em sua primeira etapa, no cenário parlamentar. Um de seus objetivos básicos foi o de preservar as instituições democráticas.

O Presidente Ernesto Geisel se propõe enviair "sinceros esforços para o gradual mas seguro aperfeiçoamento democrático, ampliando o diálogo honesto e mutuamente respeitoso e estimulando maior participação das elites responsáveis e do povo em geral, para a criação de um clima salutar de consenso básico e a institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 1964."

E lança-nos um desafio que urge aceitar, ao apelar para a nossa "imaginação política criadora". Com efeito, é sobretudo a nós, que pregamos e inspiramos o movimento revolucionário para salvar a Democracia, a quem cabe o dever de institucionalizar o sistema, tornando consonantes, e não conflitantes, os instrumentos de defesa da ordem e da segurança, com os princípios basilares das liberdades públicas.

Srs. Congressistas, quis o destino, em seus caprichos inescrutáveis, que, neste momento, em que se comemora o primeiro decênio da Revolução, no recinto excelso do Congresso Nacional, ocupasse a sua Presidência um soldado da primeira linha e da primeira hora revolucionária, e um ex-combatente da Segunda Grande Guerra, em que o Brasil tingiu, com o seu sangue generoso, os contrafortes gelados dos Apeninos, deixando, no solo da Itália, a marca indelével da presença da Força Expedicionária Brasileira.

V. Ex^a, Presidente Paulo Torres, participando daquela epopéia singular — quando os Aliados destruíam as últimas resistências do nazi-facismo, exercendo o mandato de soldado da democracia mundial — encontrou, ao seu lado, em altas funções de Estado Maior, o General Castello Branco e viu, tanto nas trincheiras como nos elevados escalões superiores, muitos daqueles que, ao lado dos melhores representantes do poder civil, comandariam o vitorioso movimento de março de 1964.

Muitos dos heróis da FEB estão aqui, neste Plenário, como lá fora, em altos postos ou em funções mais modestas, felizes porque nas mãos de alguns companheiros combatentes a Nação colocou a condução dos seus mais altos destinos.

Quem soube defender, em nome do Brasil, no campo da luta cruenta, a democracia universal, colocando-se ao lado das aspirações mais generosas de autodeterminação dos povos, saberá, decerto, escolher, para o seu País, os melhores caminhos na conquista do desenvolvimento e da segurança, anverso e reverso de uma só medalha.

A paz só será realmente indivisível, e, assim, abrangente de toda a humanidade, quando cada nação viver o mesmo ideal de justiça e de fraternidade, de equitativa distribuição dos frutos do progresso, como desejaram todos os Estados, dentre eles o Brasil, que passaram a compor a Organização das Nações Unidas.

Se a Revolução Brasileira foi feita, de mãos dadas, pelas suas Forças Armadas e pelo povo, com a necessária participação da classe política, sua presença, Senador Paulo Torres, na mais alta cátedra do Congresso Brasileiro, neste momento, une o Parlamento às tradições mais caras do nosso civismo e demonstra, mais uma vez, que a nossa História, nos múltiplos episódios que compõem a majestade do seu todo, sempre encontra o civil e o soldado, o político e o povo, unidos, em busca do mesmo supremo objetivo: a grandeza nacional. (Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Esta Presidência associa-se às justas comemorações do 10º aniversário da Revolução de 31 de Março de 1964.

O Brasil, no decênio 1964/1974, teve um notável desenvolvimento sócio-econômico. A obra realizada pelos Governos revolucionários, em prol de nosso País, foi de tal magnitude que se fez notar, com admiração, em todo o mundo.

Cabe, ainda, registrar, neste dia em que se comemora o 10º Aniversário da Revolução de 1964, que ela não vem atuando, apenas, no campo social e econômico, mas, inclusive, e de modo marcante, na fixação de idéias, concepções e princípios de ordem legal, jurídica e constitucional que se sucedem em busca de uma estrutura capaz de implantar em nosso País uma verdadeira democracia, em que a liberdade se exerça sempre num sentido de responsabilidade e de respeito às leis.

Esta Presidência deseja agradecer a presença do Representante do Sr. Vice-Presidente da República, dos Senhores Ministros da Marinha, das Relações Exteriores, dos Transportes, da Agricultura, da Educação e Cultura, do Trabalho e Previdência Social, das Minas e Energia, do Interior, das Comunicações e dos Senhores Representantes dos demais Ministros, dos Senhores Presidentes dos Tribunais Superiores do País, do Senhor Procurador-Geral da República, dos Senhores Governadores do Distrito Federal e de Goiás, do Senhor Representante do Governador do Piauí, do Senhor Chefe do Estado Maior da Aeronáutica, dos Senhores Oficiais Gerais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, do Senhor Comandante do 6º Comando Aéreo Regional e das demais autoridades civis e militares que nos honraram com o seu comparecimento a esta solenidade. (Palmas prolongadas.)

Está encerrada a sessão.

Constituição da República Federativa do Brasil

QUADRO COMPARATIVO

Volume com 328 páginas — Preço: Cr\$ 8,00

Contém, comparadas em todos os artigos:

Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.

Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

**Trabalho organizado e revisto pela Subsecretaria de Edições Técnicas
e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal**

**Os pedidos devem ser endereçados à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL
ANEXO I — 11º ANDAR - 70.000 — PRAÇA DOS TRÊS PODERES — BRASÍLIA—D.F.**

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7-9-70

COMISSÃO MISTA

- Designação de membros (DCN — 22-8-1970, pág. 464).
- Instalação — 1ª Reunião (DCN — S. II — 22-8-1970, pág. 3.486)
- Debates — 2ª Reunião (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)

DISCURSOS

(Na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e em Sessão Conjunta do Congresso Nacional — vide índice de oradores)

DISCUSSÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 596)

EMENDAS

- (DCN — 2-9-1970, pág. 477)
- Parecer do Relator às emendas (DCN — 3-9-1970, pág. 542)
- Debates na Comissão Mista; votação das emendas na Comissão Mista (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)
- Votação das emendas (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

LEITURA DO PROJETO

(DCN — 22-8-1970, pág. 464)

MENSAGEM Nº 13/70

Do Poder Executivo, encaminhando o Projeto à consideração do Congresso Nacional (DCN — 22-8-1970, pág. 464)

PARECER DA COMISSÃO MISTA

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PARECER DO RELATOR

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

— Mensagem do Poder Executivo, solicitando que a matéria se transforme em Projeto de Lei Complementar — (DCN — S. II — 27-8-1970, pág. 3.560)

SANÇÃO

— Lei Complementar nº 7/70 (D.O — 8-9-1970, 1ª pág.)

SUBSTITUTIVO DO RELATOR

- (DCN — 3-9-1970, pág. 558)
- Votação em Sessão Conjunta, aprovação (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

VOTAÇÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 613)

VOTOS DE DECLARAÇÕES DE

(DCN — 4-6-1970, pág. 617)

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 10,00

**TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
(antiga DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)**

Faça sua assinatura do

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO,
ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL,
PAGÁVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF

PREÇOS DAS ASSINATURAS

Via-Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00

Ano Cr\$ 200,00

Via-Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

O PREÇO DO EXEMPLAR ATRASADO SERÁ ACRESCIDO DE Cr\$ 0,30

LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

HISTÓRICO DA LEI Nº 4.740, de 15-7-1965

Tomos I e II, num total de 926 páginas.

PREÇO DOS DOIS TOMOS: Cr\$ 40,00

LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

**HISTÓRICO DAS LEIS Nºs 5.682, de 21-7-1971
e 5.697, de 27-8-1971**

**Tomos I e II, num total de 892 páginas.
Publicação da Subsecretaria de Edições Técnicas
(antiga Diretoria de Informação Legislativa)
do Senado Federal**

PREÇO DOS DOIS TOMOS: Cr\$ 40,00

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7-9-70

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 10,00

**TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL**

Os pedidos devem ser endereçados à

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL
ANEXO I — 11º ANDAR — 70.000 — PRAÇA DOS TRÊS PODERES — BRASÍLIA — DF**

LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL E COMPLEMENTAR

EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nºs 1 A 3

ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 1 A 17

ATOS COMPLEMENTARES Nºs 1 A 96

LEIS COMPLEMENTARES Nºs 1 A 12

CONTENDO LEGISLAÇÃO CITADA E SINOPSE

SUPLEMENTO

ATOS COMPLEMENTARES Nºs 97 e 98

LEIS COMPLEMENTARES Nºs 13 a 15

Preço: Cr\$ 15,00

(Obra elaborada e revisada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal)

Os pedidos devem ser endereçados à

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL
ANEXO I — 11º ANDAR — 70.000 — PRAÇA DOS TRÊS PODERES
BRASÍLIA — DF**

NOVO CÓDIGO PENAL

A Revista de Informação Legislativa, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, divulga, em seu número 24, uma Seção destinada ao novo Código Penal, com 420 páginas, contendo:

1ª PARTE: Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria — Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940); — Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969).

2ª PARTE: Quadro Comparativo — Decreto-Lei nº 1.004, de 21-10-69, Decreto-Lei nº 2.848, de 7-12-40, e Legislação Correlata.

PREÇO: Cr\$ 15,00

Os pedidos devem ser endereçados à

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL
ANEXO — 11º ANDAR — 70.000 — PRAÇA DOS TRÊS PODERES — BRASÍLIA — D.F.**

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7-9-70

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 10,00

**TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL**

Os pedidos devem ser endereçados à

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL
ANEXO I — 11º ANDAR — 70.000 — PRAÇA DOS TRÊS PODERES — BRASÍLIA — DF.**

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 0,50